

DE ACORDO COM O EDITAL DE ABERTURA 01/2026



QUEIMADOS-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS - RIO DE JANEIRO

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua portuguesa
- ▶ Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





QUEIMADOS-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS - RIO DE
JANEIRO

ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL DE ABERTURA 01/2026

CÓD: OP-072ST-26
7901204402016

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto	7
2. Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia	8
3. Ortografia: emprego das letras, das palavras e da acentuação gráfica.....	8
4. Pontuação: emprego de todos os sinais de pontuação	9
5. Classes de palavras: Pronomes - classificação, emprego e colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise); Verbos - emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares, abundantes e defectivos e vozes verbais; Preposições - relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas; Conjunções - classificação, relações estabelecidas por conjunções, locuções conjuntivas; Substantivos - classificação e flexões; Adjetivos - classificação e flexões.....	10
6. Termos da oração: identificação e classificação; Processos sintáticos de coordenação e subordinação; Classificação dos períodos e orações.....	18
7. Concordância nominal e verbal	22
8. Regência nominal e verbal.....	25
9. Emprego do acento indicativo de crase	26

Legislação Municipal

1. Lei Orgânica do Município de Queimados/RJ	35
2. Lei Municipal nº 1.060, de 22 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Queimados, das suas autarquias e fundações públicas	65

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: origem e evolução do serviço social; correntes teórico-metodológicas; serviço social na contemporaneidade; questão social e suas expressões; projeto ético-político do serviço social.....	89
2. Instrumentalidade do serviço social: instrumentos e técnicas de intervenção; entrevista, visita domiciliar, estudo social e relatório social; elaboração de parecer social; planejamento, execução e avaliação de ações sociais.....	92
3. Políticas públicas e seguridade social: Conceito e evolução das políticas públicas; sistema de seguridade social.....	97
4. Sistema único de saúde (SUS)	107
5. Sistema único de assistência social (suas)	108
6. Políticas públicas setoriais	111
7. Legislação social: constituição federal de 1988	113
8. Lei nº 8.742/1993 (Loas).....	114
9. Lei nº 8.069/1990 (Eca).....	125
10. Lei nº 10.741/2003	166
11. Lei nº 11.340/2006	177
12. Regulamentação profissional: lei nº 8.662/1993; Atribuições privativas do assistente social; competências profissionais; exercício profissional	185
13. Normativas e diretrizes do cress: resoluções do conselho federal de serviço social	187
14. Política de assistência social: política nacional de assistência social (pnas); princípios, diretrizes e organização da assistência social; proteção social básica e especial; vigilância socioassistencial	191

ÍNDICE

15. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais: tipificação nacional de serviços socioassistenciais; serviços da proteção social básica; serviços da proteção social especial; organização da rede socioassistencial.....	194
16. Trabalho do assistente social nas políticas setoriais: atuação na saúde; atuação na assistência social; atuação na educação; atuação em organizações públicas e privadas; trabalho com famílias, grupos e comunidades	199
17. Planejamento e gestão em serviço social: planejamento social; elaboração e gestão de projetos; monitoramento e avaliação; indicadores sociais	201
18. Pesquisa em serviço social: métodos e técnicas de pesquisa social; diagnóstico social; coleta e análise de dados; estudos sociais	205
19. Questões sociais contemporâneas: Desigualdade social	207
20. Vulnerabilidade social	212
21. Violência e exclusão	215
22. Lei nº 13.146/2015: Políticas de inclusão	217
23. Trabalho interdisciplinar e intersetorial: atuação em equipe multiprofissional	235
24. Articulação entre políticas públicas	237
25. Rede de proteção social.....	241
26. Ética profissional: código de ética do Assistente social; sigilo profissional; direitos e deveres; responsabilidade profissional; Código de ética profissional do assistente social; parâmetros de atuação profissional; normas técnicas do exercício profissional	245

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

VOCABULÁRIO: SENTIDO DENOTATIVO E CONOTATIVO, SINONÍMIA, ANTONÍMIA, HOMONÍMIA, PARONÍMIA E POLISSEMIA

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

► Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade.

Ex.: *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade.

Ex.: *forte* <—> *fraco*

► Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex.: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

Ex.: *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes.

Ex.: *cem* (numeral) X *sem* (falta); *conserto* (arrumar) X *concerto* (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes.

Ex.: *colher* (talher) X *colher* (verbo); *acerto* (substantivo) X *acerto* (verbo).

► Polissemia e monosssemia

As palavras **polissêmicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase.

Ex.: *cabeça* (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas apresentam apenas um significado.

Ex.: *eneágono* (polígono de nove ângulos).

► Denotação e conotação

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal.

Ex.: *Está fazendo frio.* / *Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado.

Ex.: *Você me olha com frieza.* / *Pé da cadeira.*

► Hiperonímia e hiponímia

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente.

Ex.: *Fruta* é hiperônimo de *limão*.

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo.

Ex.: *Limão* é hipônimo de *fruta*.

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado.

Ex.: *loiro* – *louro* / *enfarte* – *infarto* / *gatinhar* – *engatinhar*.

► Arcaísmo

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente.

Ex.: *botica* <—> *farmácia* / *franquia* <—> *sinceridade*.

ORTOGRAFIA: EMPREGO DAS LETRAS, DAS PALAVRAS E DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste texto serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

► Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

► Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS/RJ

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE QUEIMADOS PREÂMBULO

Nós, representantes do povo queimadense, constituídos em Poder Legislativo Organizante, reunidos na Câmara Municipal de Queimados, no pleno exercício das atribuições conferidas pelo Art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil (1) e pelo Art. 342 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (2), sob a proteção de Deus, votamos, aprovamos e promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Município de Queimados, parte integrante da união indissolúvel da República Federativa do Brasil, tem como fundamentos:

- I.a autonomia;
- II.a cidadania;
- III.a dignidade da pessoa humana;
- IV.os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V.o pluralismo político.

Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce, indiretamente, por meio de representantes eleitos, e, diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 2º - A soberania popular será exercida nos termos da Lei:

- I.pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos;

- II.pelo plebiscito;
- III.pelo referendo;
- IV.pela iniciativa popular no processo legislativo;
- V.pela participação nas decisões do Município;
- VI.pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

- I.construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II.garantir o desenvolvimento local;
- III.contribuir para o desenvolvimento regional e nacional;
- IV.erradicar a pobreza e a marginalização;
- V.reduzir as desigualdades sociais;

(Supressão feita pela Emenda 08/03, de 27 de novembro de 2003.)

VI.promover o bem de todos, zelando pela ausência de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º - Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição Federal, integram esta Lei Orgânica (Anexo I) e devem ser afixados em todas as repartições públicas do Município, nas escolas, nos hospitais, ou em qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou em que em seu território transite.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 5º - O Município de Queimados, com sede na cidade que lhe dá o nome, tem personalidade jurídica de direito público interno e é dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos das Constituições Federal e Estadual.

Art. 6º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 7º - As designações do Município, do Poder Executivo e do Poder Legislativo serão, respectivamente, as de Município de Queimados, Prefeitura Municipal de Queimados e Câmara Municipal de Queimados.

Art. 8º - São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, cabendo à Lei regulamentar os seus usos.

Art. 9º - O aniversário do Município é celebrado à 21 de dezembro, dia de sua criação.

Art. 10 - São bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações, que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 11 - O Território do Município não poderá ser dividido em Distritos.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 12 - Compete ao Município:

- I.legislar sobre assuntos de interesse local;
- II.instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- III.planejar, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- IV.dispor sobre:
 - a)plano plurianual de governo, plano diretor e planos locais e setoriais de desenvolvimento municipal;
 - b)lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual, plano plurianual de investimentos, operações de crédito e dívida pública municipal;



AMOSTRA

c) organização, administração e execução de serviços públicos municipais;

d) instituição do quadro, planos de carreira e regime jurídico único dos Servidores Públicos Municipais;

e) administração, utilização e alienação dos bens públicos municipais;

f) concessão de isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas e créditos tributários;

g) concessão de incentivos às atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, agropecuárias, artesanais, culturais, artísticas, de pesquisa científica e atividades congêneres;

h) uso, parcelamento e ocupação do solo em território municipal, especialmente o de sua zona urbana;

i) normas de edificação, de loteamento, de arruamento, de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do território municipal, observadas as diretrizes da legislação federal, garantida a reserva de áreas destinadas a zonas verdes, zonas de produção agropecuária e logradouros públicos;

j) registro, guarda, captura e vacinação de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

k) depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão à Legislação Municipal;

l) criação e comercialização de animais em ambientes domiciliares;

m) utilização dos bens públicos de uso comum.

V. organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão os serviços públicos locais, entre outros, o de transporte coletivo;

VI. regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

a) os serviços de carros de aluguel;

b) os serviços funerários e os cemitérios;

c) os serviços de iluminação pública;

d) os serviços de mercados, feiras e matadouros públicos;

e) os serviços de limpeza pública, coleta domiciliar, remoção de resíduos sólidos e destinação final do lixo;

f) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias e caminhos municipais;

g) os serviços de transporte escolar por meio de qualquer veículo;

h) afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao Poder de Polícia Municipal.

VII. estabelecer, fixar e sinalizar:

a) as vias urbanas e as estradas municipais;

b) as zonas de silêncio, de trânsito e tráfego em condições especiais;

c) os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

d) os locais de estacionamento público de taxi e demais veículos;

e) os locais de carga e descarga de mercadorias, fixando a tonelagem máxima dos veículos que circulam nas vias municipais.

VIII. ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, comércio eventual ou ambulante e outros, observada a Legislação pertinente;

IX. organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do Poder de Polícia Municipal;

X. conceder e cancelar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, de comércio eventual ou ambulante e outros, bem como a licença para a realização de jogos, espetáculos, atividades culturais, e divertimentos públicos, observada a legislação pertinente;

(Redação dada pela Emenda nº 17/03, de 26 de novembro de 2003.)

XI. determinar, no exercício do Poder de Polícia Municipal, a lavratura de multas e o fechamento temporário ou definitivo, com a suspensão ou cancelamento da licença, do estabelecimento que descumprir a legislação vigente, prejudicando a saúde, a higiene, a segurança, o sossego público e os bons costumes;

XII. fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XIII. manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado:

a) programas de educação pré-escolar, ensino fundamental e ensino profissionalizante;

b) programas de alimentação ao educando;

c) programas de apoio às práticas desportivas, recreativas e culturais;

d) programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, saneamento básico, regularização, canalização e drenagem de águas pluviais, pavimentação, construção, ampliação, conservação e reforma dos prédios públicos municipais;

e) serviços de atendimento à saúde da população;

f) programas de proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico local.

XIV. estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e na ação governamental, estabelecendo programas de incentivo e projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, bem como cooperativas e mutirões;

(Supressão feita pela Emenda nº 19/03, de 15 de outubro de 2003.)

XV. integrar e participar de entidades que congreguem outros Municípios para a solução de problemas comuns;

XVI. realizar atividades de defesa civil e prevenção de acidentes naturais;

XVII. exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

XVIII. proteger e apoiar, na forma da lei, as entidades reconhecidas legalmente como de Utilidade Pública, inclusive isentando-as de tributos municipais;

XIX. estabelecer e impor penalidades por infração da Legislação Municipal;



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL; CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS; SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE; QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES; PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

► A questão social e a origem da profissão

Capitalismo, desigualdade e intervenção social

O Serviço Social deve ser compreendido como uma profissão historicamente determinada. Seu surgimento não decorreu apenas da evolução da caridade ou da intenção individual de ajudar pessoas em situação de pobreza. A profissão se constituiu no contexto de consolidação da sociedade capitalista, especialmente quando a industrialização, a urbanização e a expansão do trabalho assalariado intensificaram conflitos e desigualdades.

A produção capitalista é organizada pela apropriação privada dos meios de produção e pela compra da força de trabalho. Embora a produção da riqueza seja coletiva, sua apropriação é desigual. Dessa contradição emergem manifestações como pobreza, desemprego, precarização laboral, ausência de moradia, insegurança alimentar, violência e dificuldade de acesso a serviços públicos. O conjunto dessas manifestações, relacionado aos conflitos entre capital e trabalho, é denominado questão social.

À medida que os conflitos sociais se ampliaram, a questão social deixou de ser tratada exclusivamente como problema moral ou responsabilidade individual. O Estado, as empresas, as instituições religiosas e as organizações assistenciais passaram a desenvolver ações sistemáticas voltadas à população trabalhadora. Nesse contexto, foram criadas políticas, serviços e instituições que necessitavam de trabalhadores especializados, favorecendo a profissionalização do Serviço Social.

► Institucionalização e assalariamento

Inserção na divisão social e técnica do trabalho

O assistente social passou a atuar em instituições responsáveis pela execução de políticas sociais, benefícios, programas assistenciais e ações educativas. A profissão integrou-se à divisão social e técnica do trabalho, isto é, ao conjunto de especializações necessárias ao funcionamento da sociedade capitalista.

Por ser um trabalhador assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho a instituições públicas ou privadas. Seu exercício profissional é condicionado por contratos, normas, recursos, objetivos institucionais e relações hierárquicas. Entretanto, o profissional não atua como mero executor administrativo. Sua formação, sua regulamentação e seus princípios éticos sustentam uma autonomia relativa para analisar demandas e construir respostas profissionais.

► Matrizes teóricas tradicionais

Conservadorismo e ajustamento social

As primeiras formulações do Serviço Social receberam forte influência do pensamento católico, especialmente do neotomismo e do humanismo cristão. A sociedade era frequentemente interpretada como um conjunto harmônico, no qual os problemas resultariam de desvios morais, desajustes individuais ou enfraquecimento dos vínculos familiares.

Posteriormente, a influência norte-americana fortaleceu abordagens positivistas, funcionalistas e tecnicistas. Os métodos de caso, grupo e comunidade buscavam diagnosticar problemas e promover a adaptação das pessoas ao ambiente social. Embora tenham contribuído para a sistematização de procedimentos, essas abordagens geralmente não questionavam as estruturas responsáveis pela desigualdade.

As principais formas tradicionais de intervenção podem ser diferenciadas da seguinte maneira:

Abordagem	Unidade de intervenção	Finalidade predominante
Serviço Social de caso	Indivíduo e família	Diagnóstico e ajustamento social
Serviço Social de grupo	Pequenos grupos	Socialização e mudança de comportamentos
Desenvolvimento de comunidade	Comunidades e territórios	Integração e mobilização para o desenvolvimento

► Dimensões do exercício profissional

Unidade entre conhecimento, ética e intervenção

O trabalho profissional contemporâneo articula três dimensões indissociáveis. A dimensão teórico-metodológica permite interpretar criticamente a realidade. A dimensão ético-política

AMOSTRA

orienta os valores, as finalidades e os compromissos assumidos. A dimensão técnico-operativa reúne instrumentos e procedimentos utilizados na intervenção.

Não existe instrumento neutro. Uma entrevista, uma visita domiciliar ou um relatório adquirem sentido conforme a concepção de sociedade, os objetivos e os valores que orientam seu uso. Por isso, a competência profissional não se limita ao domínio de técnicas, mas exige capacidade de investigar a realidade, interpretar suas contradições e formular respostas fundamentadas.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

► Consolidação do Serviço Social brasileiro

Formação profissional e expansão institucional

A institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorreu principalmente a partir da década de 1930, em um contexto de industrialização, crescimento urbano, organização dos trabalhadores e ampliação da intervenção estatal. O governo passou a regulamentar relações trabalhistas e a criar instituições previdenciárias, assistenciais e educacionais.

As primeiras escolas de Serviço Social foram fortemente influenciadas pela Igreja Católica. A formação enfatizava valores cristãos, disciplina moral, defesa da família e harmonização das relações sociais. O trabalho profissional era dirigido principalmente às famílias trabalhadoras, às crianças, aos indivíduos considerados desajustados e às comunidades pobres.

Nas décadas seguintes, o mercado de trabalho ampliou-se em hospitais, instituições previdenciárias, empresas, órgãos públicos e organizações assistenciais. A profissão desenvolveu procedimentos próprios, consolidou sua formação acadêmica e conquistou reconhecimento institucional.

► Modernização conservadora

Desenvolvimentismo e racionalização técnica

A partir das décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento econômico passou a ser apresentado como solução para a pobreza latino-americana. O Serviço Social incorporou técnicas de planejamento, administração, pesquisa social e desenvolvimento de comunidade. Buscava-se tornar a atuação mais racional, eficiente e compatível com instituições modernizadas.

Essa modernização, porém, não significou necessariamente uma ruptura com o conservadorismo. Em muitos casos, os problemas sociais continuaram sendo tratados como obstáculos à integração e ao desenvolvimento, sem questionamento das relações de exploração, dependência econômica e concentração de riqueza.

► Movimento de Reconceituação

Crítica ao Serviço Social tradicional

O Movimento de Reconceituação surgiu na América Latina durante a década de 1960. Tratou-se de um processo heterogêneo, composto por profissionais, estudantes e intelectuais que questionavam a importação de teorias estrangeiras e a insuficiência dos métodos tradicionais diante das desigualdades latino-americanas.

O movimento buscou relacionar a profissão com a dependência econômica, o imperialismo, a exploração do trabalho e as lutas sociais. Também promoveu aproximações com diferentes correntes críticas, incluindo perspectivas desenvolvimentistas, estruturalistas, cristãs progressistas e marxistas.

No Brasil, a renovação profissional ocorreu sob as condições repressivas da ditadura. Esse processo apresentou direções distintas, que podem ser compreendidas pela seguinte síntese:

Direção de renovação	Característica central
Perspectiva modernizadora	Atualização técnica para atender às exigências institucionais
Reatualização do conservadorismo	Recuperação de valores tradicionais com nova fundamentação
Intenção de ruptura	Crítica ao conservadorismo e aproximação com o marxismo

► Construção do projeto profissional crítico

Ruptura, redemocratização e amadurecimento teórico

A intenção de ruptura ganhou consistência com a mobilização dos trabalhadores, a redemocratização brasileira, a renovação universitária e a organização política da categoria. A aproximação com o marxismo permitiu compreender o Serviço Social como trabalho inserido nas relações contraditórias da sociedade capitalista.

O chamado Congresso da Virada simbolizou a contestação das direções conservadoras e a aproximação da categoria com as lutas democráticas e populares. Nas décadas seguintes, consolidou-se um projeto profissional orientado pela defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da justiça social e do enfrentamento das diversas formas de opressão.

Esse projeto não constitui um manual de procedimentos nem elimina divergências profissionais. Ele estabelece uma direção social construída coletivamente e expressa na formação acadêmica, na regulamentação, nos princípios éticos e na atuação das entidades representativas da categoria.

REDIMENSIONAMENTO DA PROFISSÃO DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

► Reestruturação do capitalismo e mudanças no trabalho

Precarização e intensificação da exploração

As transformações ocorridas a partir das últimas décadas do século XX modificaram profundamente a produção, o Estado e as relações de trabalho. A automação, a digitalização, a terceirização e a flexibilização das contratações foram acompanhadas pelo crescimento do desemprego, da informalidade e dos vínculos instáveis.

A financeirização ampliou o poder de bancos, fundos e agentes financeiros sobre empresas e governos. A busca por rentabilidade imediata intensificou a redução de custos, a cobrança por produtividade e a transferência dos riscos econômicos aos trabalhadores. Contratos temporários, trabalho por plataformas, múltiplos vínculos e ausência de proteção social tornaram-se mais frequentes.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

